

EIXO 1: POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL

OS DESAFIOS DO CREAS NO ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PORTO ALEGRE

Monique Soares Vieira¹
Patrícia Krieger Grossi²
Geovana Prante Gasparotto³

RESUMO

Este artigo busca dar visibilidade à violência sexual infanto-juvenil e o seu enfrentamento nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social em Porto Alegre. O estudo é de natureza qualitativa, norteado pelo método dialético crítico. Foram entrevistados profissionais, gestores e representantes da sociedade civil. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo de Bardin. Conclui-se que a construção da política pública de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre, além de abranger uma rede de serviços públicos para atender as necessidades dessa população, necessita, sobretudo, estruturar um conjunto de ações preventivas, de atendimento, conscientização e responsabilização.

Palavras Chave: Violência Sexual; Crianças e Adolescentes; Política de Assistência Social.

ABSTRACT

This article seeks to give visibility to sexual violence against children and youth and their confrontation at the Centers Specialized Reference Social Assistance in Porto Alegre. The study is qualitative in nature, guided by critical dialectical method. Respondents were professionals, managers and representatives of civil society. Data were subjected to analysis of Bardin. It is concluded that the construction of public policy to combat sexual violence in juvenile Porto Alegre, and covers a network of public services to meet the needs of this population, it primarily needs to structure a set of preventive, care, awareness and accountability.

Key Words: Sexual Violence; Children and Teenagers; Social Assistance Politics.

¹ Assistente Social - Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Violência e Direitos Humanos da PUCRS. Email: moniquesvieira@hotmail.com

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Departamento de Pós-Graduação em Serviço Social. Av. Ipiranga, 6681, CEP: 90619900, Partenon Porto Alegre, RS – Brasil. Doutorado e Pós-Doutorado em Serviço Social pela University of Toronto, Canadá, Pesquisadora e Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul na Faculdade de Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Violência e Direitos Humanos da PUCRS. Email: pkgrossi@pucls.br

³ (Apresentadora) Prefeitura Municipal de Alvorada/RS, CRAS Umbu. Rua Catumbi, 110, Campos Verdes, CEP: 94828200 - Alvorada, RS - Profissão: Assistente Social Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Violência e Direitos Humanos da PUCRS. Email: geovana.gasparotto@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) no município de Porto Alegre/RS. O enfrentamento a essa face tão cruel da violência está diretamente relacionado à compreensão deste fenômeno a partir da historicidade dos seus aspectos socioculturais e das determinações econômicas, que o engendram na dinâmica da sociedade. Requer, portanto, destacar as suas múltiplas dimensões, apreendendo-o como uma questão que transpassa as barreiras da família, comumente restringido nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

No que tange à produção e reprodução de violências no cenário brasileiro, o segmento infanto-juvenil fora alvo histórico de inúmeras violações de direitos, “o adulto em geral independentemente do seu sexo detém poder sobre a criança” (SAFFIOTI, 2007, p.50). Mas além desta relação de dominação adulto-criança, outros fatores contidos no contexto estrutural das sociedades e no modo de produção influem profundamente na incidência de elevados níveis de violência contra crianças e adolescentes no país. O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população. O crescimento econômico, não alinhado ao social, nas palavras de Yamamoto (2008), acarreta na *radicalização da questão social*, sendo que:

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade” (IAMAMOTO, 2008, p.123).

No ano de 2012, foi realizado um estudo pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, que resultou na elaboração do “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” revela que as causas externas⁴ de mortalidade de crianças e adolescentes, nas últimas décadas, vêm aumentando assustadoramente. Se em 1980 representavam 6,7% da totalidade de óbitos nessa faixa etária, em 2010, houve um aumento, elevando a taxa para 26,5%. Os dados apresentados fazem parte de pesquisas realizadas junto ao Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), operacionalizado pela política de saúde no país, ou seja, estas taxas expressam apenas as

⁴ De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” são consideradas como causas naturais, os indicativos de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento. As *causas externas* de acordo com pesquisa remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo, dentre estes estão as situações de violência em suas múltiplas expressões.

violências notificadas junto às instituições de saúde, representando apenas uma ínfima parcela das situações de violência que chegam à luz pública.

O medo, a vergonha e a falta de conhecimento para comunicar e acessar os órgãos responsáveis pela atenção a essa questão são apontados como os principais fatores que incidem para a continuidade das violências. No que se refere à violência sexual infanto-juvenil, a histórica invisibilidade sobre esse tema encontra-se intrinsecamente interligada a fatores culturais que se estabeleceram ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira e da organização da família, densamente influenciada pelo modelo patriarcal e pela concepção machista, em que mulheres e crianças passam a ser consideradas como propriedades do homem – provedor da família -. Na atualidade, apesar das diversas mudanças socioculturais nos modos de vida, concepções de inferiorização da criança ainda são muito presentes.

O retrato da violência sexual infanto-juvenil, não somente no estado, mas em todo território brasileiro, necessita que haja o rompimento do silêncio que incide principalmente para que as situações de violência sexual permaneçam na clandestinidade, impossibilitando a ruptura da reprodução deste fenômeno no cotidiano das crianças e adolescentes brasileiros.

2 O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O tipo de pesquisa utilizada foi a de enfoque qualitativo, em que se buscou apreender tais aspectos da realidade: as percepções dos sujeitos pesquisados, no que se refere, os desafios e estratégias de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil e a avaliação destes agentes no processo de construção de tais ações. A análise da realidade foi norteadada pelo método dialético-crítico a partir de quatro categorias: historicidade, totalidade, contradição e mediação. A coleta de dados, realizada no ano de 2012, utilizou-se da pesquisa documental para análise do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2012) e dos Relatórios Anuais de Acompanhamento às crianças e adolescentes do CREAS. Além disso, realizou-se entrevistas com aplicação de um formulário que continha perguntas abertas com seis sujeitos, que atuam no processo de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre (Programa de Proteção a Infância da Secretaria Municipal de Governança Local, Centro de Referência às Vítimas de Violência, Fundação de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente). Para analisar os dados coletados na pesquisa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo.

3 A DIMENSÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Os registros do Sistema de Informações e Agravos de Notificação (tabela 1), em 2011, foram notificadas em todo o país 100 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, revelando que a maioria das vítimas é do sexo feminino, na faixa etária entre os 10 e 14 anos. A incidência desse tipo de violência em mulheres, segundo Saffioti (2007), constitui o que a autora chama de *dominação-exploração*, processo implicado nas relações desiguais de gênero, em que os homens recorrem à violência para a realização de seu projeto masculino associado à concepção do poder de dominação sobre a mulher.

Sexo	Nº de atendimentos					
	< 1	1 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	Total
Masculino	34	369	775	445	125	1.748
Feminino	149	1.183	1.767	3.673	1.905	8.677
Total	183	1.552	2.542	4.118	2.030	10.425
% de atendimento	1,8	14,9	24,4	39,5	19,5	100,0
Taxa	6,7	13,9	16,8	23,8	11,8	16,4

Tabela 1 Notificações de Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2011.
Fonte: SINAN, 2012.

A realidade do estado do Rio Grande do Sul, no que concerne à violência sexual contra crianças e adolescentes, não se diferencia dos dados nacionais, apresentando índices bastante elevados. Segundo dados apresentados pelo Relatório do Disque Direitos Humanos - Módulo Criança e Adolescente, de janeiro a abril de 2012, a região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), encontra-se na 3ª posição com 11,3% (3.855 denúncias) do total de registros, atrás somente da região sudeste, responsável por 36,2% (12.367 denúncias), seguida da região nordeste com 34,7% (11.848 denúncias), do total de denúncias registradas no período. No Rio Grande do Sul, no ano de 2011, foram registradas 896 denúncias de violência sexual infanto-juvenil, em comparação com o período de janeiro a abril de 2012 em que já foram registradas 1.511 denúncias, verifica-se um aumento de 68,6%. O disque 100 hoje atua como principal instrumento para as denúncias no país de violações dos direitos humanos, contribuindo significativamente para o desenho da violência sexual e construção de políticas públicas.

Obter números confiáveis sobre os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil é apenas um dos desafios que a sociedade brasileira deve encarar. Para que seja possível enfrentar efetivamente esses problemas é preciso conhecer a questão em toda a sua complexidade. Esses delitos estão entre os menos notificados e registrados no mundo [...] cerca de um milhão de crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual em todo o globo anualmente (VIVARTA, 2003, p.25).

A realidade apresentada pelos números divulgados pelos órgãos de recebimento de denúncia (suspeita ou confirmação) não contemplam a universalidade das situações de

vitimização sexual. Inúmeras crianças e adolescentes não são contabilizados nesses números. Os dados representam somente uma parcela restrita da realidade, uma vez que somente chega ao conhecimento público às situações em que a própria família revela o segredo ou quando indivíduos externos ao núcleo familiar denunciam a violência.

Os dados referentes à violência sexual infanto-juvenil revelam apenas uma ínfima parcela da realidade, ou seja, caracterizam-se como estimativos e não como dados estatísticos puros, pois não conseguem abranger a totalidade assumida pela violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto atual da sociedade brasileira. A *síndrome do segredo*, comumente presente nas famílias em que as situações de abusos sexuais acontecem, endossam os grandes entraves para as notificações. A Organização Mundial da Saúde refere que “apenas um em cada 20 casos chega a ser notificado, ocultando assim as reais situações de violência” (BEUTER, 2007, p. 30), o que impede ações com maior impacto e efeito para o seu enfrentamento.

O percurso a ser construído impreterivelmente é constituído por políticas públicas comprometidas com a proteção da infância e juventude na promoção e valorização deste segmento social. O caráter multifacetado da violência sexual agrega diversas contradições tanto na própria conceituação teórica quanto na apropriação das suas determinações. O grande desafio para a superação desta violência exige a adoção de estratégias que contemplem as suas múltiplas manifestações, não esvaziando o seu enfrentamento e debate ao reducionismo de certas teorias que ignoram o movimento dialético da realidade.

4 A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL E SEU ENFRENTAMENTO NO CREAS

Em Porto Alegre, o cenário que a violência sexual contra crianças e adolescentes vem assumindo, revela uma realidade em que a infância e juventude cotidianamente encontram-se expostas e vulneráveis à violação dos seus direitos fundamentais. Para enfrentar essa violência, é de suma importância apreender o conjunto de suas múltiplas determinações, bem como incitar um movimento de mudança para o desenvolvimento de ações capazes tanto de atuar no atendimento, mas imprescindivelmente na construção de uma nova cultura. Nas reflexões de Yazbek (2009, p. 161), essa cultura deve ser “uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo”. Considerando esse movimento para a transformação social, Roseno refere o seguinte:

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das mais revoltantes violações aos direitos humanos cometidas contra a infância e adolescência nas sociedades contemporâneas. Não podemos, contudo, adotar perante a violência sexual uma conduta moralista, tampouco retributiva/punitiva. O enfoque é o da promoção da dignidade humana, fundamento e princípio dos direitos humanos. Nesse sentido, devemos assinalar a enorme mudança paradigmática acontecida com a aprovação, em 1989, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que trouxe a infância ao sistema internacional de proteção dos direitos

humanos, adotando os fundamentos da doutrina da proteção integral dos direitos humanos da criança (ROSENO, 2008, p.32).

Os dados sistematizados pela Fundação da Assistência Social (FASC), nos anos de 2011 e 2012, evidenciam um decréscimo dos atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pelos nove Centros de Referência Especializado da Assistência Social, localizados nos seguintes territórios do município: Glória, Cruzeiro, Cristal; Centro, Ilhas Humaitá e Navegantes; Restinga, Extremo Sul; Partenon; Lomba; Norte, Noroeste; Leste; Eixo Baltazar e Nordeste.

A constituição desses CREAS, nos territórios acima referidos, correspondeu a um estudo realizado, em 2009, dirigido pela Fundação de Assistência Social em parceria com outros sujeitos sociais do município, (Plano Plurianual, GT-SUAS 2009/2010, Projetos Técnicos, Recursos Humanos, Seminários Regionais em 2009, Seminário Geral em 2009, Conselho Municipal de Assistência Social). Este levantamento culminou em um processo contínuo de implantação dessas unidades públicas no ano de 2010. Esse movimento identificou tais regiões de Porto Alegre, como sendo as mais vulneráveis e com altos índices de violência em suas múltiplas expressões. A região Humaitá/Ilhas/Navegantes, segundo os indicadores sociais do Mapa de Indicadores das Vulnerabilidades Sociais de Porto Alegre (2007), apresenta-se como sendo a mais vulnerável no que se refere a esgotamento sanitário, abastecimento de água, renda familiar e escolaridade.

O bairro Arquipélago é o que apresenta menor índice de desenvolvimento com 0,091⁵, evidencia que 59,26% da população não possui esgotamento sanitário adequado, 42,15% não possui abastecimento de água adequado, 56,56% com renda familiar de até 2 salários mínimos, 35,36% da população adulta tem até quatro anos de estudo e 19,71% das mulheres, responsáveis pelo domicílio, são analfabetas (PMPA, 2007). No que tange aos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes em suas múltiplas faces, segundo dados da Vigilância Social (FASC, 2012), a região Ilhas/Humaitá/Navegantes é a que apresenta maiores índices, ocupando o primeiro lugar em situações encaminhadas para atendimento no CREAS, no primeiro trimestre do ano de 2012, o CREAS de abrangência dessa região já havia atendido 162 situações de violência contra crianças e adolescentes. Em segundo lugar, está a região Restinga Extremo Sul com 161 casos, em terceiro, a região Centro Sul com 123 casos. Segundo Figueiredo e Bocchi:

A situação de pobreza, a violência intrafamiliar e extrafamiliar têm sido, assim, condições fundamentais para que milhares de crianças e de adolescentes se

⁵ A metodologia adotada pelo Mapa de Indicadores das Vulnerabilidades Sociais de Porto Alegre, compreende a construção de um índice sintético que hierarquiza os territórios em uma escala que varia entre os valores 0 (zero) e 1 (um): quanto mais próximo de 1 (um) o índice encontrado para determinado bairro, melhor a sua situação, ou seja, menor a vulnerabilidade (PMPA, 2007).

transformem em grupos mais expostos à exploração sexual comercial e a outros tipos de violação de seus direitos. Portanto, para combater esse fenômeno, é imprescindível adotar uma política de redistribuição de renda, bem como promover ações sociais de proteção (FIGUEIREDO e BOCCHI, 2010, p.14).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno transversal, não acomete somente às populações mais vulneráveis, estando presente, em todas as classes sociais, ainda que com maior incidência na primeira devido à suscetibilidade às situações de violação de direitos. Nesse sentido, as políticas sociais devem estar voltadas para o fortalecimento da família na sua função protetiva. A Política de Assistência Social (2004, p.16) tem como primazia, em suas ações, a “atenção às famílias, e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidade e presença de vitimizações entre seus membros”.

O princípio da territorialização busca reconhecer a presença dos diversos fatores que incidem para que o indivíduo e sua família encontrem-se em situação de vulnerabilidade. Além disso, esse princípio possibilita apreender o território, não somente como um espaço físico, mas sim um lugar no qual as relações sociais se manifestam, possibilitando planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios com maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2004).

De acordo com os dados sistematizados pela vigilância social, através do setor de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela FASC em Porto Alegre, constata-se uma significativa diminuição de atendimentos às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. No primeiro semestre de 2011, foram atendidas 300 crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual e 113 vítimas de exploração sexual. No primeiro semestre de 2012, estão em atendimento 166 crianças/adolescentes vitimadas pelo abuso sexual e 73 pela exploração sexual. Esses dados representam que houve uma redução de 55,33 % dos casos de abuso sexual e 64,0% das situações de exploração sexual.

No município de Porto Alegre, as ações de enfrentamento à essa expressão da violência contra crianças e adolescentes, de acordo, com os sujeitos entrevistados vêm sendo materializadas, principalmente pela atuação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), revelando que no contexto atual do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre, a Política de Assistência Social é a referência para o atendimento às vítimas e suas famílias.

A gente tem tido uma ação muito significativa, também no sentido, de com as aberturas dos CREAS a gente consegue definir melhor essa forma de atendimento, de intervenção e de acompanhamento, através dos CREAS. Nós tivemos uma ação não só pertinente, mas muito enfática enquanto município através da FASC, porque nós assinamos um termo de compromisso na execução das ações do Governo Federal que são de enfrentamento à violência sexual [...] O SUAS deixa isso bem claro, ele traz isso com muita clareza muito grande, hoje para a política de assistência social os municípios estão envolvidos, os CREAS que já constituíram

equipe, tiveram capacitação específicas, houve um investimento muito grande no ano passado de capacitação dessa equipe e apesar dessa dimensão ser muito grande (SUJEITO C).

Com a implantação do SUAS e dos CREAS esse processo do acolhimento, do atendimento, que daí entrou o Programa Ação Rua que fazia muito isso lá na ponta, que identificava, que fazia as visitas, que verificava qual era a situação e que tava muito envolvido com a história da exploração, daí foi todo ele pra dentro do SUAS (SUJEITO A).

Aqui no CREAS a gente faz atendimento domiciliar, aqui na estrutura mesmo do CREAS, faz o acompanhamento, mesmo que as mães, às vezes, não se vincule, a gente busca trazer a criança aqui, porque muitas vezes não se justifica a ponto de ser encaminhado para o CRAI, às vezes é uma coisa que já aconteceu há um tempo, não tem porque ser encaminhado porque bom, geralmente quando vai para o CRAI é uma questão mais recente (SUJEITO D).

As falas dos sujeitos entrevistados revelam que a Política de Assistência Social em Porto Alegre, por meio da ação dos CREAS, endossa o atendimento às vítimas de violência sexual e suas famílias. As ações partem ao encontro dos princípios⁶ que norteiam a Política Nacional de Assistência Social (2004), buscando-se, assim, consubstanciar a atenção às necessidades socioassistenciais das famílias, na perspectiva de reconstrução dos vínculos sociofamiliares e na defesa dos direitos humanos. Os serviços ofertados pelo CREAS abrangem atendimentos sistemáticos em que as famílias recebem acompanhamento para que as situações de vulnerabilidade e riscos, decorridas de violações de direitos, sejam superadas, resgatando junto à essas famílias sua capacidade protetiva. A constituição desses serviços pressupõe a organização interdisciplinar das equipes, para a apreensão da complexidade das expressões de violência e com isso prover ações profissionais qualificadas.

As ações devem pautar-se não somente ao atendimento às crianças e adolescentes vítimas, mas balizar a prevenção à reincidência, permeando estudos aprofundados dos fatores sociais, culturais e econômicos que contribuem para o acometimento desta violência na sociedade brasileira. A construção de uma política pública para o enfrentamento à violência sexual requer ações contínuas e não temporárias, capacitação profissional dos atores que atuam na linha de frente da política pública, repasse de recursos financeiros, na perspectiva de atender às demandas⁷ implícitas que se evidenciam no atendimento às vítimas e suas famílias.

A categoria intersectorialidade e as dificuldades para sua materialização, constantemente, é evidenciada nas falas dos sujeitos. Os entrevistados identificam na

⁶ Os princípios que norteiam a Política Nacional de Assistência Social são: I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais; II – Universalização dos direitos sociais III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais (BRASIL, 2004).

⁷ A violência sexual, na grande maioria dos casos é o fator resultante de várias outras violações de direitos a que as crianças, adolescentes e suas famílias são vítimas, sendo notório a presença de processos excludentes que incidem na pobreza, desigualdade, uso abusivo de substâncias psicoativas, violência de gênero, valores patriarcais e conservadores, falta de informação, desemprego, etc.

intersectorialidade, uma nova possibilidade para a atenção integral às crianças e adolescentes, mas também um desafio que esbarra na operacionalização das ações. A multidimensionalidade da violência sexual não admite segundo Azambuja (2004), que as instituições atuem de forma isolada, sem estar interligadas à rede de atendimento do município, ou seja, a atuação destes espaços não pode estar restrita a sua política sem apreender a totalidade dos fenômenos e as contradições expressas na realidade.

Nessa direção, o sujeito D, ao referir sobre os obstáculos que encontra no cotidiano de suas ações, aponta como estratégia a ampliação da comunicação entre as instituições para a agilização da análise das situações de violência sexual, para posterior responsabilização do abusador/explorador sexual e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Eu acho que deveria ter uma comunicação um pouco mais estreita entre o DECA, Ministério Público com esses casos de exploração sexual principalmente. Talvez pudéssemos ter alguma reunião [...] uma maior articulação, mas acho que deveria ter um tipo de estreitamento de canal, talvez um setor especializado para ter contato com os CREAS, alguma ponte mais efetiva, um contato mais efetivo, porque encaminhamos para lá, mas muitas vezes não sabe até onde que chegou (SUJEITO D).

A estratégia, apontada pelo sujeito D em articular as instituições por meio do estreitamento da comunicação, vai ao encontro da fala do sujeito B, quando refere sobre a dificuldade na consolidação da *“abordagem, vínculo e encaminhamento protetivo”*. Ambos os entrevistados reafirmam a importância do trabalho em rede e da concretização da intersectorialidade para o alcance dos objetivos propostos nas intervenções profissionais e atuação das políticas públicas. Estes objetivos buscam principalmente o rompimento da violência, a proteção à criança e ao adolescente e garantia dos direitos fundamentais.

A dificuldade em criar vínculos com as famílias das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, apontada pelo entrevistado concerne, sobretudo, ao rompimento do ciclo da violência e a revelação do segredo familiar. Cavalcanti e Schenker (2009) refletem que muitas famílias se relacionam através de uma dinâmica da violência, em que falar da violência no âmbito dessa instituição não é falar de uma realidade concreta, mas sim de um fenômeno complexo, repleto de significados e determinações pessoais, sociais e culturais. Nesse sentido, não raro muitas delas recusam atendimento às crianças e adolescentes, pois temem a perda do poder familiar sobre a criança ou mesmo o afastamento do abusador, que comumente é o provedor das necessidades da família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual é a face oculta e banalizada da violência, uma vez que atinge sujeitos, que na sua grande maioria, não conseguem verbalizar suas apreensões, seus sofrimentos, revelando assim as situações que violam seus direitos e degradam a condição humana. Por ser um fenômeno complexo com raízes macro-estruturais, existe dificuldade na abordagem e apreensão do ponto de vista conceitual, uma vez que tal expressão de violência incide nas relações sociais, culturais e políticas. No entanto, é imprescindível que a apreensão da violência sexual busque a complexidade das suas multideterminações, uma vez que a construção das estratégias, para o seu enfrentamento encontram-se fundamentalmente atreladas à concepção que norteia os sujeitos responsáveis pela formulação e execução das ações.

Muitas são as potencialidades descobertas no processo de enfrentamento à violência sexual em Porto Alegre. A constituição dos CREAS, em territórios vulnerabilizados pelas diversas expressões de violência, constitui uma estratégia bastante importante para o atendimento aos sujeitos em seu território, aproximando o serviço ao público alvo, evitando que as vítimas e suas famílias percorram longos caminhos para a garantia do atendimento de suas necessidades.

A realidade da sociedade brasileira contemporânea tem revelado que, dentre as situações mais graves de violação aos direitos humanos a que estão submetidas as crianças e adolescentes destacam-se às manifestações da violência sexual. O reconhecimento da violência sexual, como um fenômeno complexo, vem gradualmente ganhando espaço na cena pública e as estratégias para seu enfrentamento devem apreender as profundas raízes históricas das relações sociais desiguais e, sobretudo, considerar o contexto sócio-histórico de violência estrutural.

O enfoque da política de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil deve ser a proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da integralidade das ações. A articulação entre as políticas públicas tem como escopo tornar as ações mais eficientes, sendo, na atualidade, o caminho que mais apresenta efetividade social para a construção de uma política integral de proteção dos direitos da infância e juventude.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições Lisboa, 1977.

BEUTER, Simone. **A (des) consideração pela infância**: uma análise dos direitos sexuais diante das redes de exploração sexual. Caxias do Sul: Educus, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente**. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 2011.

_____. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente**. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 2012.

CAVALCANTI, Fátima Gonçalves Assis; SCHENKER, Miriam. **Violência, Família e Sociedade**. IN: NJAINE, Kathie (org). **Os impactos da violência na saúde**, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2009.

FASC. Fundação de Assistência Social. **Relatórios do Monitoramento e Avaliação**. Atendimentos nos CREAS, 2011-2012.

FIGUEIREDO, Karina; BOCCHI, Shirley B. **Violência sexual**: um fenômeno complexo. UNICEF, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Mapas e indicadores das vulnerabilidades sociais**. PMPA: Porto Alegre, 2007.

ROSENO, Renato. O direito da criança vítima de violência sexual ao atendimento especializado: Apontamentos sobre o papel das entidades de defesa jurídico-social. In: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual**. Brasília, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (org). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE AGRAVOS E INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>>. Acesso em: 20 de out. de 2012.

VIVARTA, Veet. **O grito dos inocentes**: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas para o seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n.110.p.288- 322. abr/jun.2012.

WASELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA e FLACSO Brasil, 2012.